

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCobaça

Aviso n.º 1355/2002 (2.ª série) — AP. — Revisão do Plano Director Municipal de Alcobaça — José Gonçalves Sapinho, presidente da Câmara Municipal de Alcobaça:

Torna público que, a Câmara Municipal de Alcobaça, em reunião ordinária de 7 de Janeiro de 2002, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta formulada pelo vereador, Joaquim Rui Coelho, nos termos que a seguir se transcrevem:

«Após ter sido deliberado por unanimidade, em reunião camarária de 9 de Outubro de 2000, aprovar os fundamentos técnicos da revisão do Plano Director Municipal, dando assim início ao procedimento de revisão do PDM, nos termos conjugados do artigo 94.º, n.º 2, e 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, foi solicitado à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, nos termos do artigo 6.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, por remissão do artigo 157.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, a constituição da Comissão Mista de Coordenação e foi definida a equipa responsável pela revisão do PDM, a qual estabeleceu como prazos:

Para a 1.ª fase/estudo prévio — seis meses;

Para a 2.ª fase/avaliação intercalar — dois meses;

Para a 3.ª fase/projecto de plano — seis meses a contar da aprovação do estudo prévio;

Seguir-se-á a emissão dos pareceres das entidades competentes, a consulta pública, a elaboração da versão final do plano, a aprovação em Assembleia Municipal, a ratificação governamental e a publicação do plano revisto, momento a partir do qual fica eficaz.

O cumprimento deste cronograma dependerá do decorrer do acompanhamento técnico pelas entidades competentes, da tramitação processual inerente e dos factores exógenos na fase de aprovação.

Estando assim reunidas as condições necessárias, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- 1) Aprovar o cronograma de faseamento do procedimento de revisão;
- 2) Promover a participação prevista no artigo 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pelo período de 60 dias úteis contados da publicação prevista no mesmo número e artigo, com vista à formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões, que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão».

Para efeitos de participação preventiva qualquer interessado poderá apresentar, por escrito, sugestões ou informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão. Estas devem ser dirigidas ao Gabinete do PDM da Câmara Municipal de Alcobaça através dos correios ou para o e-mail: pdm@cm-alcobaca.pt.

16 de Janeiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *José Gonçalves Sapinho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Editais n.º 70/2002 (2.ª série) — AP. — Álvaro Joaquim Gomes Pedro, presidente da Câmara Municipal de Alenquer:

Torna público que a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 12 de Novembro do corrente ano, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de Regulamento Municipal de Edificações. Em conformidade com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, submete-o à apreciação pública para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias contados a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*.

O Projecto de Regulamento Municipal de Edificações encontra-se à disposição do público na Repartição Administrativa e Notariado da Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente.

Regulamento Municipal de Edificações

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, introduziu alterações profundas no regime jurídico do licenciamento municipal das operações de loteamento, das obras de urbanização e das obras particulares.

Considerando que o licenciamento de obras particulares e de loteamentos é objecto de disposições legais várias, para além do Decreto-Lei n.º 555/99, entre as quais, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os Planos Municipais de Ordenamento do Território, a Câmara Municipal de Alenquer, nos termos do disposto no citado diploma legal e no uso do seu poder regulamentador, visa, com este Regulamento, estabelecer e definir as matérias que aquele remeteu para tal instrumento.

O presente Regulamento Municipal de Edificações, abrangendo o licenciamento de obras particulares e loteamentos conjuga as disposições técnicas com as administrativas tendo, como objectivo último, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, esperando com ele diminuir o tempo médio de apreciação dos processos, quer porque surgirão, por certo, mais identificados com as exigências do município, quer porque também se procura com ele a auto-disciplina na actuação interna, por forma a atingir futuramente níveis mais elevados de produtividade e consequente qualidade dos serviços.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, do determinado no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriormente introduzidas e do estabelecido no artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal aprovou o seguinte projecto de Regulamento Municipal de Edificações do Concelho de Alenquer.

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se à execução e utilização de obras particulares no concelho de Alenquer, sem prejuízo da legislação em vigor nesta matéria, instrumentos de gestão territorial plenamente eficazes ou de regulamentos específicos que se lhe sobreponham.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para efeitos do presente Regulamento, é o seguinte o entendimento relativo aos diversos tipos de obras existentes:

- a) Edificação — a actividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação ou alteração de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que incorpore no solo com carácter de permanência;
- b) Obras de construção — as obras de criação de novas edificações, realizadas em terreno livre correspondendo a, pelo menos, uma unidade funcional autónoma, incluindo pré-fabricados e construções amovíveis;
- c) Obras de reconstrução — as obras subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou a reconstituição da estrutura das fachadas, da cêrcea e do número de pisos;
- d) Obras de ampliação — as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cêrcea ou do volume de uma edificação existente;
- e) Obras de alteração — as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cêrcea;
- f) Obras de conservação — as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;
- g) Obras de demolição — as obras de destruição, total ou parcial, de uma edificação existente;
- h) Obras de urbanização — as obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente